

IMPACTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

*Maria Arleth Pereira **

Resumo: Trata-se de estudos das diferentes contribuições teóricas consagradas como rigor acadêmico para análise das incorporações de valores de mercado à Educação Superior e que lhe atribuem a função de simples transmissão de informação, técnica e conhecimento utilitário, pautada no individualismo racional e desconectada da subjetividade. Em decorrência dessa realidade, o desenvolvimento da concepção mercantilista de homem e de sociedade dificulta para o indivíduo a apropriação do conhecimento pleno e as condições de mobilidades para o alcance da cidadania. As discussões teóricas mostram que o que está em jogo para a Educação Superior é o desafio de uma formação profissional e social que seja menos identificada com a cultura de mercado e, para tanto, faz-se necessário fortalecer as lutas que se convergem em lógicas opostas ao interesses exclusivos do modelo econômico vigente.

Palavras-chave: Cultura. Educação superior. Mercantilização. Neoliberalismo.

Neste ensaio, apresentamos as implicações de um cenário definido pela cultura mercantil para as questões da universidade. Nossa

* Doutora em Educação pela Universidade de Paris. Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, RS, e do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria, RS. E-mail: arlethangel@terra.com.br

hipótese postula uma relação causal entre a estrutura produtiva da economia mundial e o Sistema de Educação Superior, este um subsistema que já se encontra integrado ao mercado. O desenvolvimento deste trabalho se baseia na crença de que as políticas neoliberais não asseguram a Educação Superior como um bem público a serviço de todos.

O desenvolvimento metodológico utilizado na elaboração deste trabalho nos levou a optar por uma abordagem analítica voltada à sociologia da educação crítica e política; as referências teóricas empregadas são aquelas conhecidas no cenário das políticas sociais que têm alimentado os diversos contextos de seminários, debates e pensamentos referentes às temáticas desta natureza. A relevância da proposta está no caráter transversal dos resultados, na condução da convergência de interesses voltados para a discussão sobre o futuro da Educação Superior e no papel das Instituições de Ensino Superior (IESs) diante das mudanças impostas pela lógica do mercado.

Num primeiro momento, o nosso objetivo consistiu em trabalhar as evidências das transformações das políticas sociais neoliberais e pôr em discussão as acentuadas repercussões dessas transformações na Educação Superior. Nesse percurso, tentamos descrever a crise gerada na educação em decorrência dos condicionantes inerentes ao processo da transnacionalização do capitalismo e da regulação global, os quais têm provocado um enfraquecimento das universidades em relação às conquistas já alcançadas na esfera nacional. Como fundamento de superação desse percurso, tentamos, em seguida, delinear as possibilidades de novos rumos, pela adesão a uma Educação Superior vista como um bem público, com ampliação de direito e centrada no ideário cultural.

Podemos afirmar que o presente século se iniciou com marcantes controvérsias em torno das questões provocadas pelas políticas neoliberais. A estruturação do regime do capitalismo econômico neoliberal parte do princípio de que os indivíduos são culturalmente formados para seguir os destinos que são traçados pela

visão dos sistemas econômicos. Dessa forma, a natureza competitiva do mercado atropela a nossa própria história, distorce a ordem natural do equilíbrio da consciência social, e as regras institucionais democráticas passam a ser influenciadas pelos valores de mercado. Como podemos observar, essa ideologia do **individualismo possessivo**, como um atributo dos interesses e aspirações do sujeito, reduz toda a faceta da subjetividade à realidade econômica.

Nesse contexto, Pereira (2006) afirma que essas lógicas, colocadas como estilo de valor na sociedade atual, têm alterado os sentimentos das pessoas, o que implica que a ilusão dos valores de consumo produz, no nosso imaginário, uma subjetividade condicionada a uma conduta voltada à valorização das coisas de mercado e faz com que as pessoas se desvinculem das teias da interdependência do coletivo e acabem por favorecer a ruptura das fronteiras da sociabilidade.

Por outro lado, o Estado, com a função cada vez mais minimizada, assume um papel eminentemente econômico e, aos poucos, abdicamos da atribuição pública de Estado-Providência e criamos um novo contrato social, contribuindo para o triunfo do neoliberalismo. De maneira semelhante, a cultura empresarial invade as instituições básicas da sociedade e provoca o enfraquecimento das esferas públicas, principalmente aquelas mais importantes para a conservação do direito de cidadania, como saúde, segurança, transporte, previdência e a própria educação. Toda essa transformação faz da privatização um componente central da ideologia neoliberal, que determina a estratégia dos grandes poderes que governam a economia global e transformam o público em propriedade das empresas de negócios, até então controladas pelo Estado.

No contexto dessas mudanças e de competitividade, as indústrias e os serviços não cessam de inovar para obter ganhos de produtividade e para conquistar novos mercados. Em torno dessa nova revolução tecnológica, a concorrência é definida por um processo de racionalidade da busca do lucro exacerbado e, em conseqüência, a produtividade passa pela adequação ao contexto econômico. Essa lógica, como se pode observar, é o elemento central e responsável

pela adaptação do sistema educacional, da produção do conhecimento, da formação e da competência em geral ao controle do mercado. A universidade também, nesse contexto, passa a fortalecer esse estilo privatizado de viver na formação de comportamentos e atitudes nos seus estudantes e na sua convivência com a sociedade, contribuindo com a acumulação do conhecimento e com a aceleração constante do ritmo das mutações técnicas e cognitivas. Dessa forma, o conceito de universidade é esvaziado de conteúdo social, e a definição dos seus objetivos educacionais obedece, cada vez mais, aos objetivos mercantis. Essa tendência, segundo Tomassini (1998), reforça a concepção de que a Educação Superior tem por objeto formar os recursos humanos adaptados às necessidades econômicas dos aparelhos das Organizações Mundiais do Comércio. Esse fenômeno se faz sentir no mundo inteiro com o fortalecimento da privatização do sistema educacional. Os organismos internacionais especializados destacam o vínculo que existe entre educação e crescimento econômico, o que estimula os setores privados a realizarem grandes investimentos em educação, em todos os níveis, por considerarem-na um lucrativo negócio, especialmente a Educação Superior.

Para Bourdieu (2001), tal política consegue colocar a serviço dos interesses econômicos os recursos intelectuais que o dinheiro permite mobilizar, como os *think tanks*, que agrupam pensadores e pesquisadores de plantão mais ligados à pesquisa, que são os alvos constantes das grandes empresas e organizações internacionais, como a Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial e outros. Essa evidência contraria as possibilidades de construir instrumentos de produção e difusão de novas idéias e faz surgir um mercado de circulação de conhecimento e bens culturais que são vendidos de acordo com os interesses econômicos.

Como resultado, de forma cada vez mais contundente, a educação vai ficando mais utilitarista, mais instrumental e mais simplificada, produzindo idéias e conhecimentos como se produzisse mercadoria para alimentar o processo de consumo, como valor de mercado. Para Philippe (2004, p. 18):

Todo o conhecimento que não puder satisfazer o mercado é considerado como categoria residual, não podendo, portanto, ser comercializado e correndo, assim, o risco de desaparecer, por não impulsionar o seu *status* social que consiste em ser utilizado e rentabilizado na sociedade de consumo.

Essa constatação, segundo o autor, contraria toda a construção da concepção de Educação Superior Pública, independentemente de ser gratuita ou paga, que passa a ser pressionada pela demanda econômica do conhecimento e controlada pelas políticas de ajuste estrutural, em especial das privatizações, conduzidas pelas grandes organizações internacionais, o que tem reduzido, conseqüentemente, o poder do Estado nacional na condução das políticas educacionais.

Em decorrência desse processo, as evidências dos últimos vinte anos, advindas da globalização econômica, têm mostrado que o universo da educação sofreu modificações com a influência das mudanças provocadas pela expansão econômica. Isso fortaleceu a tendência mundial da privatização, do consumo e da convicção generalizada de que tudo pode ser transformado em interesse mercantil. No contexto desse processo, a institucionalização dos serviços educacionais tem criado um novo perfil de consumidores e clientes de cursos universitários, o que muito tem reforçado a concepção de que o ensino, em geral, deve redimensionar os seus objetivos em função da formação de recursos humanos empreendedores, adaptados às necessidades do setor econômico, contrariando, assim, o desenvolvimento social, a realização pessoal e profissional dos indivíduos.

Em suma, a Educação Superior passa a ser dependente das políticas dos monopólios econômicos internacionais, subjugando, assim, as funções das instituições aos imperativos da produtividade e das relações do rendimento econômico, obrigando-as a direcionar o seu rigor científico, a sua prática social e o seu trabalho pedagógico ao princípio de inclusão econômica.

Na prática, tanto o conhecimento quanto a formação profissional estão sendo produzidos, na universidade, por meio de

estratégias acadêmicas baseadas nos valores dos sistemas de mercado educacional. Essa relação é confirmada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) com a afirmação de que o Ensino Superior é um produto que pode ser comercializado livremente, permitindo ao estudante ser formado virtualmente por qualquer instituição nacional ou estrangeira, sem que haja distinção de empresa ou organização pública e privada na área.

Essa concepção contraria todo o percurso histórico da universidade, que nasceu e se desenvolveu como espaço importante de reflexão e investigação, distante dos interesses utilitaristas e comprometida com o bem comum de integração cultural. Portanto, como podemos observar, a grande mudança, orientada pelas manifestações do liberalismo, nas suas diversas modalidades, comprometeu o desenvolvimento de um conjunto de habilidades e experiências acumuladas pelas Instituições de Ensino Superior que, historicamente, têm facilitado a análise e as soluções de problemas da sociedade.

Segundo Barroso (2004), essa cultura política que submete os objetivos educacionais aos critérios de eficácia pelas regras da concorrência, é percebida nas múltiplas reformas educacionais, de dimensão e amplitude diferentes, destinadas a reduzir a intervenção do Estado na previsão de recursos orçamentários e a jogar para o mercado a administração da educação. Essa nova forma de administração da educação é responsável pelo surgimento da expressão comumente em uso, no âmbito das reformas, que é a chamada “Quase Mercado Educacional”. Essa expressão é usada para designar a parceria do Estado com as empresas privadas na produção de serviços públicos. Do ponto de vista ideológico, a educação, nesse contexto, passa a ser mais privada e de escolha do consumidor do que de direito dos cidadãos.

Foram criados vários órgãos internacionais com pluralidade de ações, a fim de assegurar o equilíbrio dos sistemas educacionais e orientar os governos e as organizações sociais para que, por meio dos contratos das hierarquias da autoridade legítima, sejam introduzidas

regras de convergências nos sistemas de administração educacional para assegurar as demandas da globalização econômica. Segundo Barroso (2004), já existe, hoje, uma pluralidade de regras bastante aperfeiçoadas e sintonizadas com os interesses mercantis.

A Organização Mundial do Comércio e vários organismos internacionais especializados, denominados de impulsores da globalização, trabalham como órgãos reguladores no sistema de monitoramento e controle das políticas de educação voltadas para os interesses do crescimento econômico. Nesse caso, o próprio Banco Mundial já anunciou que, até o ano de 2010, principalmente a Educação Superior estará plenamente aplicada e consolidada em todos os países do mundo em função das necessidades do mercado global. O atual plano de subordinação da Educação Superior aos interesses de mercado pode, segundo Barroso (2004), ser identificado também numa linha de sucessivas reformas universitárias conduzidas em vários países do mundo, pelas políticas do chamado *Consenso de Washington*.

Com isso, os planos e as reformas da Educação Superior são orientados por uma hierarquia global que zela pelo sucesso da produtividade do capitalismo de mercado, mas sua regulamentação e seu planejamento são governamentais. Os governos buscam administrar a Educação Superior por meio do comércio multilateral com o propósito de facilitar os fluxos de bens e serviços privados, como se o mercado tivesse competência para lidar com assuntos acadêmicos e interesses de propósitos sociais e culturais de bens comuns.

A determinação da Lei Orgânica de Universidade tem gerado, segundo várias publicações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), intensos debates sobre as questões ligadas à Educação Superior, englobando indagações como: A Universidade deve se transformar em Empresa e ser economicamente rentável? Todo o conhecimento gerado na Universidade deve ser considerado como um produto suscetível de comercialização? Os professores universitários serão considerados

como Capital Humano a serviço do mercado? Os estudantes deverão ser tratados como clientes de empresas educacionais? Enfim, as Universidades devem ser reconhecidas como empresas de serviços?

Essas e outras indagações põem em risco a função fundamental da universidade, sacramentada, desde o século XII, como uma instituição de produção intelectual e de integração cultural. Como se pode perceber, a universidade, entendida como um conjunto de atividades acadêmicas destinadas a preparar os estudantes para aquisição de habilidades, ocupações e intervenções nos diferentes campos interdisciplinares da sociedade, ao mesmo tempo em que cultiva o interesse pela ciência e pela cultura do saber, é um paradigma que se esgota, dando lugar a um novo sistema neoconservador definido por um sistema segmentado e assentado na lógica de mercado.

Com intuito de estimular essa lógica na educação, as regras mercantis, segundo Barroso (2004), fazem adequação dos objetivos educacionais aos critérios de eficácia definidos pela concorrência e pela competição, fundamentados por pressupostos que atribuem à formação um papel relevante para subsidiar as necessidades do sistema produtivo e da riqueza. Isso tem provocado um enfraquecimento na concepção de educação como um valor de bem-estar social. Esse enfraquecimento, observado no interior das universidades, tem gerado novas formas de organização pedagógica e cria, assim, uma compatibilização calcada nas orientações de novos modos de regulação das políticas educacionais, adota o modelo de gestão empresarial e promove medidas, com tendências privatizantes, nos Centros de Ensino, nas Coordenações de Cursos, nos Departamentos e nos Setores de Pesquisas. Percebe-se, na prática, de forma cada vez mais acentuada, a presença de valores de competição, de concorrência, de excelência econômica e de flexibilidade, comprovando a existência de uma acentuada relação unilateral entre educação e mercado.

O informe dos periódicos elaborados pela Unesco destaca que o conhecimento gerado nas universidades tem sido convertido

em produto que se compra e vende no mercado do conhecimento, onde as Tecnologias da Informação desempenham um papel fundamental. Pelas discussões geradas por esses informes, pode-se deduzir que as pesquisas e as produções científicas das IESs estão sujeitas às mesmas regras e mecanismos de produção e distribuição como qualquer outra mercadoria.

O Sistema de Educação Superior do Brasil e da América Latina, em geral, não fica para trás e vem incorporando, desde a década de 90, os valores e as prioridades da economia mundial, consolidando uma nova etapa de desenvolvimento educacional com impactos imediatos na organização e funcionamento das instituições. As repercussões crescentes na expansão das matrículas e de cursos, a precarização da infra-estrutura, a desqualificação geral dos docentes, o desconhecimento das diretrizes curriculares, das políticas educacionais, do Plano de Desenvolvimento Institucional e, sobretudo, o distanciamento da prática da pesquisa confirmam que as instituições, com as suas novas configurações de ordem jurídica e estrutural, com desdobramento de um papel fundado na lógica da eficiência, gerenciamento e produtividade, são requisitadas como instrumento de mercado.

Em conseqüência dessa lógica, a tendência educacional de interesses de relações de ganhos tem definido a Educação Superior como um espaço cada vez mais privado, que credencia grande parte das IEEs a regular as suas opções por critérios de qualidade extremamente duvidosos e com impactos de modernização empresarial. Esse processo regulatório tem levado as IEEs, de vocação empresarial a definirem os seus objetivos e metas de acordo com as habilidades profissionais para o mercado de trabalho, o que reforça os interesses privados, em detrimento da formação da cidadania crítica, voltada para as necessidades sociais da coletividade e para a convivência na cultura global.

Essa realidade cria, para o cidadão e para a sociedade, um conflito em relação aos valores educacionais, que muito favorece o

fortalecimento de uma cultura definida pela dependência dos valores de ganhos financeiros. Dentre os principais pontos a serem assinalados e que têm alterado o modo de produzir a Educação Superior nas sociedades, podem-se, resumidamente, destacar os seguintes:

1 – a noção de progresso com idolatria do mercado tornou-se uma referência básica e predominante na condução das reformas dos Sistemas de Educação Superior. Essa visão de mercado tem fortalecido a presença da racionalidade mercantil no modo de definir o papel das Instituições, na formação social e cultural do futuro profissional, na produção científica e na sua articulação acadêmica com a comunidade interna e externa;

2 – a função de desenvolvimento de diferentes habilidades, experiências e culturas dos estudantes, para intervenção, análise e soluções de problemas, é estruturada pelos critérios de mercado. Essa função significa que, por um lado, o ensino das profissões intelectuais, a investigação científica e a preparação dos pesquisadores submetem-se à racionalidade que fundamenta as relações de produção em práticas voltadas para os interesses da produtividade lucrativa do ponto de vista dos ganhos financeiros. Essa tendência é reforçada pela transformação da mentalidade do estudante universitário inclinado a buscar um conhecimento simplificado e aligeirado para ingressar, rapidamente, no mercado de serviço tecnológico;

3 – em decorrência do segundo, a cultura de mercado fortalece o desenvolvimento pedagógico da formação e das experiências por meio de uma força modelar da cultura que as instituições desenvolvem nos estudantes. Essa cultura é expressa no conteúdo das disciplinas e nas convivências acadêmicas e, infelizmente, não está vinculada ao instrumento criador e libertador do sujeito, tão necessário para o estabelecimento do vínculo social e cultural do estudante;

4 – o novo cenário provocado pelo paradigma da globalização da economia desestabiliza e desarticula as referências de valores culturais cultivados até então, entendendo, até aqui, as referências de idéias e ações defendidas, tradicionalmente, pelas instituições educacionais e

resguardadas pelo Estado-Nação, para fortalecer os laços sociais necessários à convivência das comunidades e não apenas ao território da competitividade de mercado;

5 – a chamada economia cognitiva, voltada para a rentabilidade do conhecimento, influencia a produção científica das universidades. Essa tendência, além de afastar a possibilidade do surgimento de novas idéias, cria um mercado em que circula a venda do conhecimento por meio das instituições e, virtualmente, por meio de provedores educacionais de acesso pago.

Na realidade, o que se exige hoje das Instituições de Educação Superior, com o fortalecimento dos valores mercantis, é que as universidades treinem os estudantes universitários para poderem se inserir, o mais rápido possível, no mercado de trabalho. Para Vasconcelos (2003), o que se mede, à entrada no mercado de trabalho, é mais competência, mais domínio tecnológico, mais empreendedorismo e mais visão pragmática e utilitarista do que formação científica de base e de cultura sólida. Essa constatação nos leva a enxergar com muita preocupação as conseqüências dessas transformações que, com certeza, mudam a visão da sociedade em relação à Educação Superior, vista até o século passado como um bem público com finalidade de orientar a formação do universitário no seu engajamento no universo das múltiplas vivências socioculturais.

Construindo alternativas

Os problemas que identificamos na análise precedente são complexos e de difícil solução, e seus agravamentos produzem mais problemas de natureza pessoal e social, tanto em nível local e nacional como mundial. Pelo fato de se constituírem grandes problemas, requerem também grandes desafios, e as soluções não podem se dar pela via da alternativa técnica e, muito menos, pelos mecanismos de mercado. Por essa razão, faz-se necessário abrir um novo horizonte de possibilidades de alternativas emergentes para reinventar o futuro.

Certamente, esse novo horizonte é a própria utopia, que está calcada na vontade humana de acreditar que a construção das possibilidades de superação vem da nossa capacidade de crença. Por mais que a dimensão histórica pareça estar suprimida pela racionalidade técnica, não se pode negar que ela faz parte da nossa subjetividade e, conseqüentemente, da nossa capacidade de sonhar, indignar-se e desejar. Com base nessa utopia, é necessário cultivar, no plano do pensamento e nas discussões das idéias, um novo paradigma global por meio de argumentos válidos para que possamos desenhar novos rumos com coerência social.

Essa possibilidade não tem tempo para ser concluída, mas é preciso ser iniciada com a instrumentalização do conhecimento pertinente e argumentativo, que coloque o sujeito e a coletividade no centro das decisões do seu tempo para entenderem que a ordem neoliberal precisa ser dissolvida e dar lugar a uma globalização que permita ampliar o seu horizonte de referência. A finalidade disso é englobar políticas mais justas na formulação e disseminação de conhecimento destinado ao desenvolvimento histórico da humanidade.

A teoria que anuncia isso está certamente baseada na consciência de que é um passo necessário rumo à superação do paradigma da ciência, da economia, do mercado e da realidade fragmentada produzida socialmente por esse modelo. De posse dessa consciência, é possível construir um conhecimento social capaz de gerar mudanças no processo da história produzida na sociedade. Essa concepção de totalidade, tão afastada da atualidade, é necessária para fazer nascer outro paradigma de sociedade e, conseqüentemente, de educação, no plano do pensamento, das idéias, nos debates científicos e nos bancos da universidade. O método mais apropriado nessa elaboração é certamente a dialética da totalidade que, com sua clareza no desvendar da realidade e no decompor o sistema em que vivemos, examina as contradições e as complexas implicações econômicas, políticas e sociais do seu processo.

No centro das discussões sobre essa nova construção de conhecimento, está a universidade que, por constituir-se espaço de integração cultural, é definida como um conjunto de atividades acadêmicas, que contam com profissionais de diversas formações e culturas, produzem saberes, desenvolvem habilidades e experiências. E, essa universidade, apesar de fazer parte do consenso do grande complexo das relações neoliberais, é, também, o espaço de debate que a comunidade acadêmica possui para se organizar na formação das idéias centradas na reflexão sobre prática social, pois, no entender de Gomes (1998), essa prática implica a imersão consciente do homem no mundo de sua experiência.

A universidade, no conjunto de ações em que se envolvem estudantes, diferentes disciplinas, coletivo da sala de aula, estágios na comunidade, produções científicas, contém, sem dúvida, uma intencionalidade subjacente que define uma perspectiva voltada ao valor educativo, com multiplicidade de possibilidades, que podem contribuir com a formação do pensamento direcionado à construção de um novo paradigma de conhecimento, de economia, de mercado e de cultura crítica.

Sabe-se que os problemas evidenciados na sociedade são complexos e de difícil solução. Porém, as contradições dos impactos das atuais transformações econômicas, políticas e culturais na sociedade e, especificamente na educação, podem gerar a fé na construção de possibilidades para se chegar à concepção dialética da totalidade, que revele, em toda sua clareza, outros rumos que assegurem a formação cultural e científica para a vida pessoal, coletiva, profissional e cidadã, possibilitando, assim, uma relação autônoma e construtiva com a cultura cotidiana.

Certamente essa construção, segundo o pensamento de Marx, não se dá com as atuais formas catastróficas de produção, distribuição, troca, consumo e relações vulgares no conjunto da vida em sociedade. Há que se resgatar a educação para atingirmos uma nova consciência de universidade para, enfim, chegarmos ao conhecimento histórico

que realmente se contraponha às formas fetichistas de objetivar a sociedade capitalista, como essências supra-históricas. O conhecimento produzido na universidade sobre o conjunto de fenômenos gerados na sociedade deve constituir o conhecimento de caráter histórico-social. Essa unidade de conhecimento não pode ser quebrada pelo método pseudocientífico e nem com o conhecimento fragmentado, aligeirado, transitório e operacional, produzido como mercadoria para utilidade mercantil. A defesa do conhecimento de base, produzido historicamente e que se aproxima dos fenômenos atuais da realidade em todas as formas sob as quais o mundo se manifesta, requer o conhecimento que é produzido pelas relações de experiências humanas, nas suas múltiplas manifestações, sem a mediação da economia neoliberal.

O ponto de ruptura da universidade, diante das idéias produzidas pelos mentores do sistema neoliberal, reside nas formas de resistência das atuais políticas educacionais, que têm sido produzidas pelas organizações internacionais encarregadas de formular e administrar as políticas para a educação. As formas de resistência devem partir da crença no poder que têm homens e mulheres, agentes históricos e portadores efetivo do desenvolvimento humano, de se contraporem às contradições do atual modelo.

A essência do processo de nos contrapormos a esse modelo educacional implica, também, na autocrítica fecunda da forma de ensinar e de aprender na universidade. A complexidade do conhecimento requer também, do estudante, a consciência de que a aprendizagem da construção do significado necessita avançar na compreensão profunda das transformações que estão modificando radicalmente todas as dimensões do sistema social, desde a econômica até a política e a cultural, e que as conseqüências desse processo, a médio e longo prazo, estão esboçando um novo cenário social totalmente insólito para a humanidade. Esse cenário, segundo Santos (1999), quer seja no mercado, no Estado, quer seja na vida, não garante por si só a regulação social.

Para tanto, faz-se necessário que a instituição defina suas condições para transformar o seu currículo, suas pesquisas e seus projetos de intervenção comunitária num plano de desenvolvimento institucional, mediante estratégias na organização do trabalho pedagógico, relações profissionais, cultura e identidade coletiva na dinâmica da sua gestão. Essa gestão organizadora deve partir da premissa da importância da missão da instituição, da sua orientação pedagógica, a fim de que possa sensibilizar o futuro profissional para atuar nos contextos mais vastos com atitudes participativas e responsáveis, de forma que ele tome consciência da necessidade de fazer parte de uma comunidade de profissionais e de cidadãos ligados por laços sociais, definidos pela esfera pública e por fluxos de relações, convivências e experiências de conhecimento enriquecidas não só pela sua subjetividade, mas, também, pelo coletivo.

Essas competências humanas são fundamentais para contraposição ao pensamento único em relação à formação profissional universitária, pois a diversidade da sociedade exige que a educação leve em conta que a variedade cultural requer fazermos parte, como grupos humanos, de uma rede de relações nas comunidades sociais compartilhadas com a dimensão histórica das experiências produzidas em uma sociedade que jamais poderá ser subjugada aos valores exclusivos da economia e do mercado.

Para compreendermos o sentido mais amplo de competência, é necessário buscar referências no sentido de ser profissional. A profissionalização, para Coelho (2006), é mais do que um saber técnico. É o processo pelo qual as pessoas constroem valores e justificam o **ser**, o **estar** e o **fazer**, que desenvolvem os conhecimentos, as habilidades, as convicções e as atitudes no âmbito da sua instituição.

Faz sentido, portanto, pensar em outras estratégias de construção de competência que compreendam o **saber-fazer**, **saber-ser**, **saber-conhecer** e **saber-conviver** não de forma simplificada e expropriada da cultura, tal como é apresentado pelo relatório Dellors, e, sim, saberes

que sejam adquiridos por meio de conhecimento de base e desenvolvidos conforme atitudes valorativas, com padrões de referência social, entendendo, assim, que o conhecimento e a competência são formas de universalizar a cultura do bem comum. Portanto, concordamos com a afirmação do Baudrillard (1970) de que não deva existir **saber** além daquele que resulta de um **fazer saber**, como também não pode existir uma **ação** além daquela que resulta de uma **interação**.

Com esse entendimento, o sentido da formação consiste em compreender, com profundidade, o próprio sentido do saber produzido nessa formação e as relações do conhecimento com o mundo do trabalho e com a sociedade nas diversas dimensões socioculturais. Essa compreensão significa pensar a formação que reivindica capacidades intelectuais autônomas para podermos pensar a realidade, segundo a compreensão de que o desenvolvimento não depende somente dos recursos de consumo materiais, mas da quantidade e da qualidade dos recursos humanos disponíveis e indispensáveis, com possibilidades críticas diante da ciência, da cultura, das tecnologias e do trabalho, sem perder de vista os valores essenciais da humanidade que o mercado não pode proporcionar.

Nesse sentido, o modelo vigente de universidade muito tem preocupado àqueles que, por estarem engajados na defesa da educação e de outros sistemas da esfera pública, tenham alertado à sociedade dos perigos das transformações econômicas que têm nutrido as reformas da educação, sobretudo a Educação Superior, no direcionamento de uma regulação que orienta o funcionamento do sistema de ensino por meio de medidas que contrariam o direito à Educação Superior de qualidade cognitiva, epistemológica e social, que possibilite, ao universitário, a compreensão da vida em sociedade, em todos os seus níveis de interligação por redes de complexidade. Para pensarmos em reforma, é preciso termos, antes de tudo, a compreensão de que é necessário estabelecer os princípios e as finalidades da Educação Superior com base em um conjunto

de crenças e valores que não tenham o acúmulo do conhecimento de mercado como único sustentáculo de bem-estar para as organizações da sociedade democrática.

Considerações finais

Colocamos em discussão a reestruturação do capitalismo empreendido nos últimos tempos que, ao induzir mudanças no plano político-econômico, com predominância da ideologia neoliberal, e, ao colocar o mercado como pólo regulador da sociedade, provoca mudanças no sistema educacional. No centro dessa discussão, encontra-se a Educação Superior, vista na perspectiva de interdependência em relação a essa nova estruturação por estar constituída como um sistema importante e, ao mesmo tempo, complexo no contexto das mudanças estruturais.

A nossa hipótese de trabalho caminhou rumo à confirmação de que o marco imposto pelo processo de mercantilização da Educação Superior, tanto na sua organização, produção, disseminação do conhecimento quanto na sua formação, encontra-se cada vez mais alinhado com as regras do mercado, o articulador da reestruturação da esfera social e dos valores socioculturais da educação. Essa nova estruturação, como pode ser evidenciada neste ensaio, criou para a universidade novas configurações de ordem jurídica e estrutural com desdobramento nos currículos dos cursos, na carreira docente, na formação discente, nas pesquisas e na interação da instituição com a comunidade, mediante fortes tendências mercadológicas e frágil direção social.

Ao concluirmos, reiteramos que o neoliberalismo, em suas múltiplas versões fundamentalistas, estrutura-se como um projeto destinado a privatizar e mercantilizar tudo o que aparece como serviço público, e a educação não é uma exceção. Assim, as evidências que reduzem os pressupostos básicos, fragmentam o sistema de Educação Superior, destroem as políticas públicas e de financiamento de objetivos

comuns e reduzem a capacidade de inovação. São indicadores para o fortalecimento de um modelo econômico que emprega intensivamente o conhecimento e a tecnologia de alta expressão neoliberal e de interesse exclusivo de consumo e ganhos os quais, aos poucos, enfraquecem as possibilidades de mobilidade para o alcance da cidadania.

Sabe-se que a Educação Superior não foi criada para ser o instrumento-chave do êxito individual, empresarial, da riqueza monetária e da consolidação do desenvolvimento do mercado, embora contribua com o desenvolvimento do processo produtivo. A educação é, acima de tudo, um projeto de organização de vida coletiva e de sociedade, marcado pela essência histórica da vida social, numa totalidade que torna possível o conhecimento como processo de edificação da própria realidade. A pertinência dessa perspectiva revela-se, entretanto, em toda a sua clareza, na proposta de Educação Superior, ao assumir seu poder de enfrentamento para buscar, com todos os seus recursos, professores, estudantes, intelectuais críticos, por meio da articulação política, os princípios sociais mais amplos com o propósito de colaborar na construção de uma nova ordem social, com conseqüências positivas para o desenvolvimento humano.

THE IMPACT OF NEOLIBERAL POLICIES IN HIGHER EDUCATION

Abstract: This is the study of different theoretical contributions recognized as academic rigidity to the analysis of marked value incorporated to Higher Education and assigning to it the function of mere deliverer of information, techniques, and utilitarian knowledge based on the rational individualism and disconnect from any subjectivity. Due to this reality the development of the mercantilist concept of Man and Society, make it difficult to the individual the full appropriation of knowledge and the mobility conditions to reach the citizenship. The theoretical discussions demonstrate that what is on the table to Higher Education and to society in general is the challenge which imply the professional and social formation which should be less related to the market culture and, to do so it is necessary to strength the struggle that tend to logics which are opposite to the exclusive concern of the present economic model.

Key words: Culture. Higher education. Mercantilization. Neoliberalism.

Referências

BAUDRILLARD, J. **La société de consommation**. Paris: Édition Danoel, 1970.

BARROSO, J. Os novos modos de regulação das políticas educativas na Europa: da regulação do sistema a um sistema de regulações. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39, p. 19-28, jul. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Contre-feux**: propos pour servir à la résistance contre l'invasion néo-libérale. Paris: Éditions Raisons d'Agir, 2001.

COELHO, Ildeu M. Universidade e formação de professores. In: GUIMARÃES, Valter Soares. (Org.). **Formar para o mercado ou para a autonomia?** Campinas: Papirus, 2006.

GOMES, Peres. **A cultura escolar en la sociedad neoliberal**. Madrid: Ediciones Morato, 1998.

PEREIRA, Maria Arleth. A Materialidade da lógica mercantil na Educação Superior. In: ANPED – SUL. EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL, 6., 2006, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2006.

PHILIPPE, Pierre. Mondialisation, force des cultures et nouvelles segmentations identitaires. *EspacesTemps.net, Actuel*, Paris, p. 301-322, 01 maio 2002. Disponível em: <<http://espacestemps.net/document321.html>>. Acesso em: 01 maio 2002.

SANTOS, Boaventura. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

TOMASSINI, Luciano, El impacto de la globalización sobre a sociedade de bienestar. In: _____. **Sistema de protección social em mundo globalizado**. Buenos Aires: Centro Interdisciplinario para el Estudio de Políticas Públicas (CIEPP), 1998.

VASCONCELOS, J. C. **A universidade no seu labirinto**. Lisboa, 2001. Disponível em: <<http://www.novacultura.pt/jvcosta.html>>. Acesso em: 12 abr. 2003.

Artigo recebido em: 20/11/2006

Aprovado para publicação em: 15/03/2007